



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

PN

Prestação de Contas Individuais
Relatório de Integrado 2021



PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Aracelis
A

PM

Índice

INTRODUÇÃO	4
1 RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS	6
1.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL, NACIONAL, E LOCAL.....	6
1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	8
2 RELATO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	11
2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO	11
2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	13
2.2.1 RECEITAS – 2021.....	13
2.2.2 DESPESAS.....	16
2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	18
3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	21
3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS.....	21
COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS EM 2021 E 2020, A SUA VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA EM (%):	21
3.2 ESTRUTURA DE GASTOS	22
3.3 PESSOAL	22
3.4 EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	23
3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO.....	24
4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	25
4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA	25
4.2 INDICADORES DE GESTÃO.....	25
4.3 ANÁLISE ECONÓMICA	27
4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	27
5 CONTABILIDADE DE GESTÃO	31
6 QUESTÕES AMBIENTAIS.....	32
7 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES.....	34
7.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	34
7.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO	34
7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34





Índice de Ilustrações

GRÁFICO I PESSOAL AO SERVIÇO - 2021	8
GRÁFICO II DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO	9
GRÁFICO III EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES AO SERVIÇO	10
QUADRO I ESTRUTURA E EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FUNÇÕES - ANO DE 2021	11
QUADRO II MAPA COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI.....	12
QUADRO III EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	13
QUADRO IV EVOLUÇÃO DA RECEITA (2009 A 2021)	14
QUADRO V FUNDOS MUNICIPAIS - FEF - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO, FSM –FUNDO SOCIAL MUNICIPAL, IVA, IRS	15
QUADRO VI EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	16
QUADRO VII EVOLUÇÃO DA DESPESA	17
QUADRO VIII DESPESA CORRENTE E CAPITAL	17
QUADRO IX PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
QUADRO X DÍVIDAS A CURTO PRAZO, MÉDIO E LONGO PRAZOS	19
QUADRO XI POSIÇÃO DOS PROJETOS CANDIDATOS EM 31/12/2021.....	19
QUADRO XII PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	20
QUADRO XIII RENDIMENTOS 2020 E 2021	21
QUADRO XIV GASTOS 2020 E 2021	22
QUADRO XV GASTOS COM O PESSOAL 2020 E 2021	23
QUADRO XVI EBITA E RESULTADO LÍQUIDO 2020 E 2021.....	23
QUADRO XVII INDICADORES FINANCEIROS/ENDIVIDAMENTO 2020 E 2021	24
QUADRO XVIII ALGUNS ITENS DO BALANÇO 2020 E 2021.....	25
QUADRO XIX INDICADORES DE GESTÃO 2020 E 2021	26
QUADRO XX RÁCIOS FINANCEIROS 2020 E 2021	26
QUADRO XXI INDICADORES ECONÓMICOS 2020 E 2021	27
QUADRO XXII APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2021	28



INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade das autarquias locais tem sido uma preocupação constante dos responsáveis governamentais, eleitos locais, técnicos e trabalhadores cujas funções se desenvolvem no âmbito da administração local, com sucessivas alterações. Esta reforma da contabilidade autárquica foi iniciada pela publicação do Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de julho, caracterizada pela tentativa de uniformização com a contabilidade orçamental em vigor na Administração Pública.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho, aperfeiçoa o sistema instituído e introduz a obrigatoriedade de elaboração, aprovação e execução do plano de atividades e da utilização de uma classificação funcional para as despesas. Em complemento deste diploma, o Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro, institucionaliza na administração autárquica um sistema contabilístico, definindo as normas de execução da contabilidade das autarquias locais.

Todavia, as preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, exige um conhecimento integral e exato da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das comunidades locais.

Com a publicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, veio estabelecer-se um instrumento de enquadramento indispensável a um moderno sistema de contas em toda a Administração Pública, que promoveu a organização da informação patrimonial e financeira dos serviços da Administração Pública, cuja adaptação à contabilidade das autarquias locais, consubstanciou-se não só com a aprovação do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, mas também com a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (Lei das Finanças Locais).

Atualmente e num contexto de necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, foi aprovado a Lei nº73/2013 de 03 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. Com a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações

Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriu-se caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP. No entanto, os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo. Assim o mesmo só foi implementado no ano de 2020.

Face ao exposto, o Município de Vila Nova de Foz Côa, *apresenta* nos termos legais o relatório de gestão que integra um conjunto de documentos de prestação de contas previstos legalmente. Trata-se de um documento que interpreta e explicita as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho da gestão na execução da sua estratégia, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas públicas, através de informação compreensível por parte dos diversos “*stakeholders*”. Por conseguinte, o relatório de gestão deve fornecer uma exposição fiel e clara das questões, transações e eventos mais significativos, apresentados nas demonstrações financeiras dos Municípios, bem como, todos os fatores que exerceram maior influência, sobre os mesmos.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o correspondente desempenho orçamental.

Contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira deste Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução desta atividade, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

PNA

1 RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS

1.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL, NACIONAL, E LOCAL

Parafraseando o presidente do Banco Mundial, David Malpass “*A economia mundial está a enfrentar ao mesmo tempo a covid-19, a inflação, a incerteza política, com os gastos orçamentais e a política monetária em território novo*” (janeiro de 2022).

A evolução da atividade económica na Europa, ficou condicionada no curto prazo pelas sucessivas vagas da pandemia, causando problemas nas cadeias de fornecimentos globais, que se tem refletido na escassez de matérias-primas e outros bens, aumentando os seus custos.

A situação pandémica a par da situação de “guerra” de países produtores e exportadores de bens essenciais, levou a que, a inflação disparasse, muito influenciada pela evolução dos preços dos bens energéticos, aumento dos custos de matérias-primas, transportes entre outros.

Na zona euro as projeções do Eurosistema, estão direcionadas para uma subida da inflação na ordem dos 0,3% em 2020, 2,6% para 2021 e 3,2% para 2022, descendo só a partir de 2024 (1,8%). Esta projeção tem como base, ou é determinada, pelo aumento brutal da componente energética.

Quanto à projeção pelo Eurosistema do PIB (Produto Interno Bruto) para a zona euro, situa-o nos 2,8%, muito diferente do crescimento médio do PIB projetado para Portugal, para o período de 2022-2024, situando-o nos 3,6%. Para este efeito, muito contribuiu o peso mais elevado dos setores mais afetados pela pandemia na economia nacional, sendo exemplo disso, o sector do Turismo e Comércio, apenas atenuados pela manutenção de condições financeiras favoráveis de recebimentos de Fundos da União Europeia, direcionados aos sectores e empresas mais afetados pelo choque pandémico (fonte: <https://www.bportugal.pt>, consultado em 29/03/2022).




Espera-se que uma implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mais eficiente do que o estimado possa mitigar estes diferenciais. (fonte: Impacto do PRR no período de 2021-2026, Boletim Económico de março de 2021).

O impacto económico na zona euro, refletiu-se a nível local, como não poderia deixar de ser, já que vivemos em economia global. O Município de Vila Nova de Foz Côa, continuou a apoiar no terreno, com os mecanismos necessários dirigidas aos seus municípios, no sentido de mitigar os efeitos das sucessivas vagas pandémicas, refletidas na continuação das ações, desencadeadas no ano de 2020 (entrega de cestas básica, pacotes de medidas de isenções de taxas e preços, entre outros), com especial destaque para o apoio financeiro prestado aos comerciantes/industriais, que se consubstanciaram em duas edições do Regulamento do Programa Municipal de Apoio à Recuperação da Atividade Económica no âmbito da pandemia COVID-19. Destacamos também, a compra de portáteis, entregues nas escolas, que proporcionaram a viabilidade do ensino à distancia, a continuação do apoio às Associações Locais e às Juntas de Freguesia.

Mais uma vez, este Município prima pela atitude antecipatória, no que é possível, e pela interpretação orçamental, que foram essenciais para responder de forma eficiente e eficaz e equilibrada às reais necessidades dos seus municípios, reorganizando verbas municipais, de forma criteriosa, não descurando as outras áreas de atuação municipal e por forma a cumprir com os desideratos legislativos, nomeadamente, mantendo sempre os princípios do equilíbrio orçamental.



1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

O Município de Vila Nova de Foz Côa, no exercício das atribuições que lhes estão cometidas pela Legislação em vigor (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro) designadamente nos seguintes domínios: Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, promoção do desenvolvimento, ordenação do território e urbanismo e cooperação externa, contava à data de 31-12-2021, com 168 colaboradores em funções, 77 do sexo masculino e 91 do sexo feminino, distribuídos pelas categorias/ carreiras da seguinte forma:

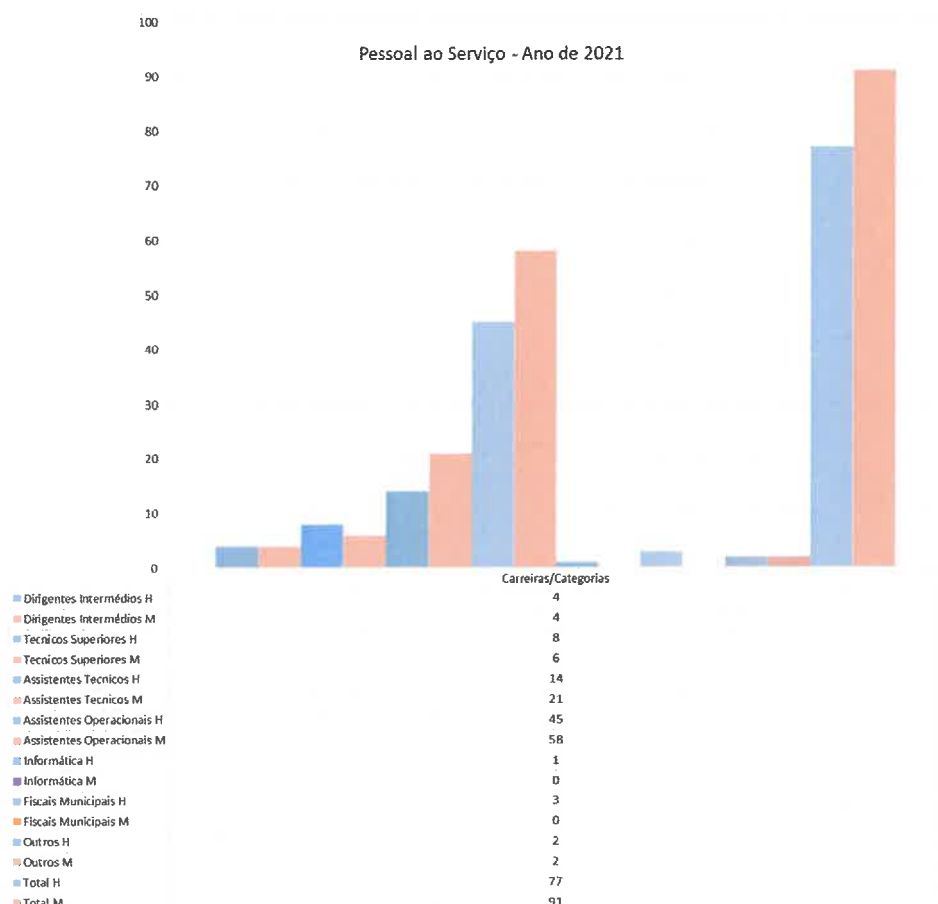


Gráfico 1 Pessoal ao Serviço - 2021

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

De seguida, analisamos a distribuição dos colaboradores por escalão etário.



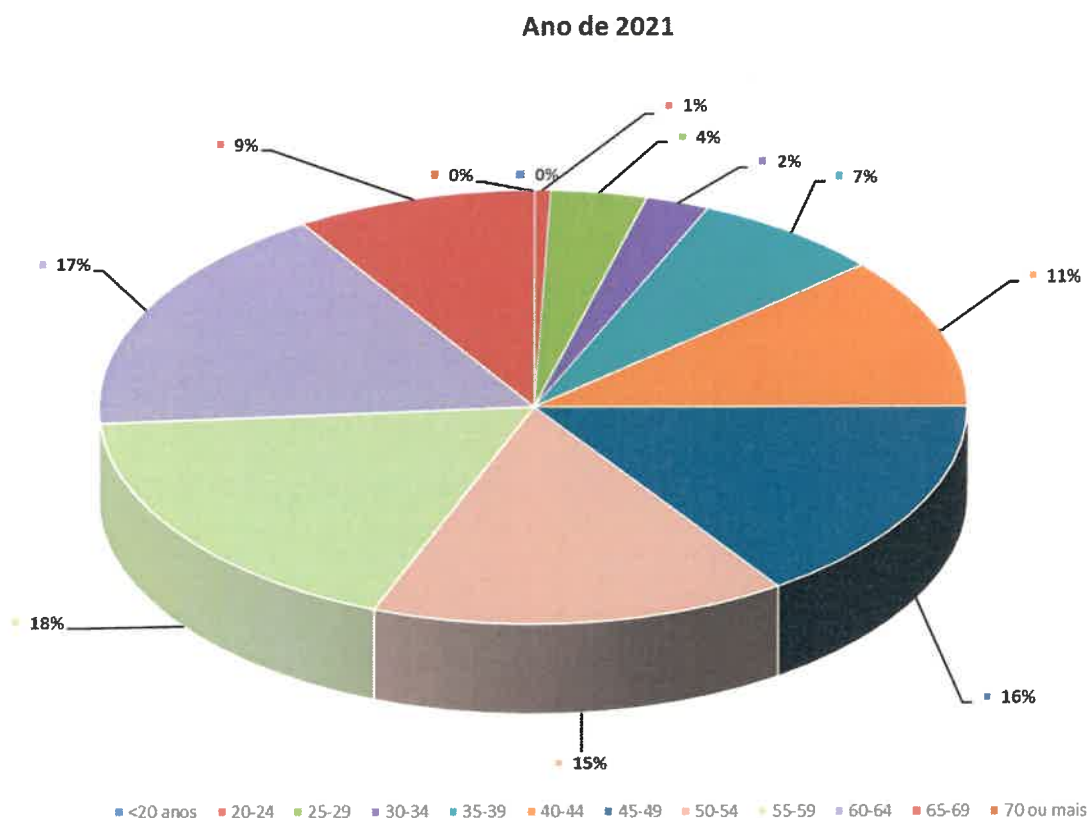


Gráfico II Distribuição dos colaboradores por escalão etário

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Analisando o gráfico supra, verifica-se que a maior percentagem de colaboradores, situa-se no escalão etário dos 55-59 anos, com 18% e a seguir com 17% temos o escalão etário de 60-64 anos. Realça-se o facto de 15 colaboradores (9%) se encontrarem no escalão etário de 65-69 anos, a atingir a idade de reforma. Refira-se que, no período temporal de 10 anos, irão reformar-se 74 colaboradores, que se encontram nos escalões etários dos 55 a 69 anos.

Destacamos ainda, a evolução do nº de colaboradores ao serviço neste Município, desde o ano de 2009 a 2021.



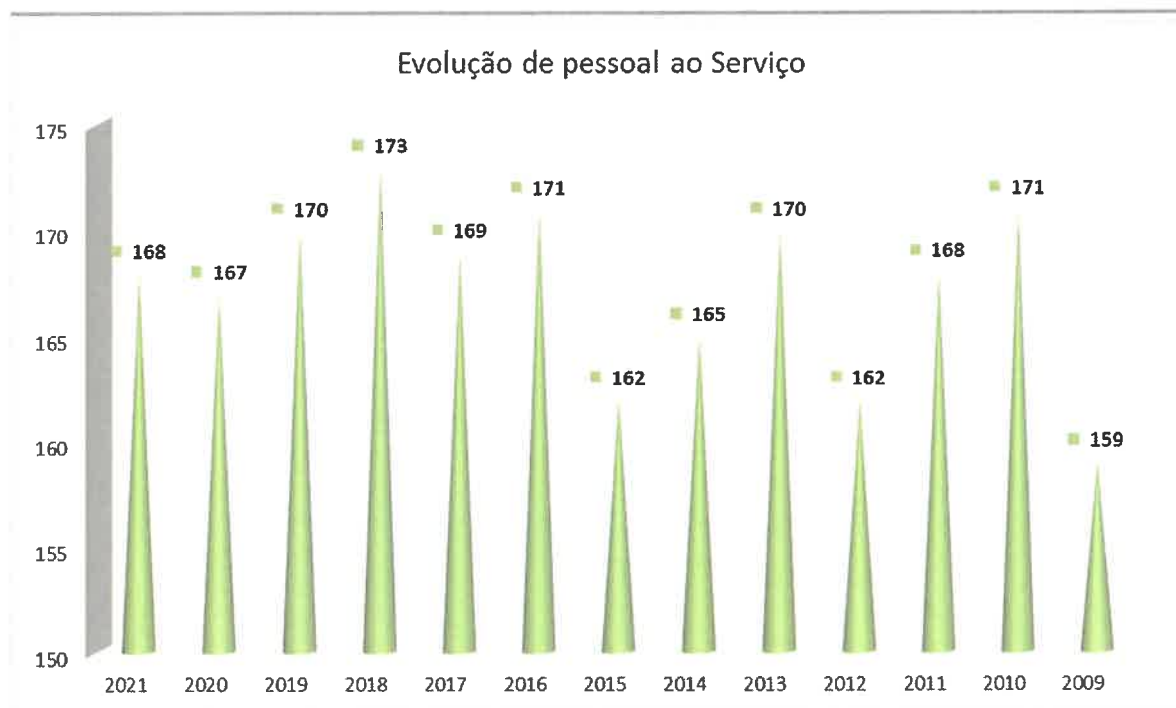


Gráfico III Evolução do nº de colaboradores ao serviço

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Assinado



2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Mesmo com a implementação deste novo paradigma de análise às contas Municipais, o Plano Plurianual de Investimento, continua a ser uma ferramenta de análise importante, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais, em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Serviços Gerais de Administração Pública – 73,13%, Segurança e Acção Sociais – 55,12%, Educação – 54,22%, Habitação e Serviços Coletivos – 44,76%, Comércio e Turismo – 42,66%, Transportes e Comunicações – 22,05%, Indústria e Energia – 7,16% e Serviços Culturais Recreativos e Religiosos – 4,12%.

Funções	Dotação Inicial	Alt. Modificativa	Dotação Atual	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	631 572,00	138 500,00	770 072,00	563 128,34	-206 943,66	73,13
Educação	140 200,00	0,00	140 200,00	76 011,10	-64 188,90	54,22
Segurança e Acção Sociais	30 000,00	-25 000,00	5 000,00	2 756,00	-2 244,00	55,12
Habitação e Serviços Colectivos	2 017 400,00	709 800,00	2 727 200,00	1 220 607,06	-1 506 592,94	44,76
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	140 300,00	148 000,00	288 300,00	11 888,87	-276 411,13	4,12
Indústria e Energia	400 100,00	11 000,00	411 100,00	29 437,97	-381 662,03	7,16
Transporte e Comunicações	794 700,00	1 103 800,00	1 898 500,00	418 547,12	-1 479 952,88	22,05
Comércio e Turismo	2 662 500,00	-213 500,00	2 449 000,00	1 044 653,93	-1 404 346,07	42,66
Total Geral	6 816 772,00	1 872 600,00	8 689 372,00	3 367 030,39	-5 322 341,61	38,75

Quadro I Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2021

Evolução da Execução do PPI			
Ano	Previsto	Executado	%
2009	8.746.001,27	2.055.893,21	23,51%
2010	8.563.680,48	2.979.906,87	34,80%
2011	12.884.489,28	4.534.900,19	35,20%
2012	13.095.658,25	5.619.156,06	42,91%
2013	7.128.912,80	4.617.059,55	64,77%
2014	2.593.350,00	1.653.432,69	63,76%
2015	2.900.175,80	1.962.114,96	67,66%
2016	1.515.067,95	652.285,50	43,05%
2017	4.184.558,35	1.624.315,06	38,82%
2018	4.374.258,83	1.657.243,46	37,89%
2019	2.356.629,97	1.080.692,23	45,86%
2020	5.039.430,80	2.204.932,12	43,75%
2021	8.689.372,00	3.367.030,39	38,75%

Quadro II Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de execução de **38,75%**.

2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.2.1 RECEITAS – 2021

Económica	Classificação Descrição	Dotação			Execução	
		Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	1.043.954,00	0,00	1.043.954,00	1.003.704,77	96,1
02	IMPOSTOS INDIRETOS	2.859,00	0,00	2.859,00	514,56	18,0
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	35.579,00	0,00	35.579,00	6.072,02	17,1
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	8.768,00	0,00	8.768,00	345.371,80	3.939,0
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.359.056,00	0,00	7.359.056,00	7.134.364,05	96,9
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.241.857,00	0,00	1.241.857,00	1.314.294,21	105,8
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.765,00	0,00	31.765,00	26.886,77	84,6
	RECEITAS CORRENTES	9.723.838,00	0,00	9.723.838,00	9.831.208,18	101,1
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	19,00	0,00	19,00	2.496,00	13.136,8
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.377.220,00	0,00	5.377.220,00	2.459.728,78	45,7
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	5.377.242,00	0,00	5.377.242,00	2.462.224,78	45,8
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	54,00	0,00	54,00	0,00	0,0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	3.838.730,03	3.838.730,03	3.838.730,03	100,0
	OUTRAS RECEITAS	54,00	3.838.730,03	3.838.784,03	3.838.730,03	100,00
	TOTAL DA RECEITA	15.101.134,00	3.838.730,03	18.939.864,03	16.132.162,99	85,2

Quadro III Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **16.132.162,99€**. Este valor inclui **3.838.730,03€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **23,80%** das receitas arrecadadas.

O total das receitas correntes foi de **9.831.208,18€**, o que corresponde a **60,94%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **2.462.224,78€**, o que corresponde a **15,26%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital (com o saldo de gerência a ser considerado capital), em relação ao previsto corrigido é de **101,10%**, e **39,06%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que, o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 85,20%, cumprindo com o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 setembro (RFALEI), na sua versão atual. A referida execução revela ainda que, os orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores, no que se refere à evolução da receita arrecadada.

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2009	6.655.587,92 €	3.725.978,41 €	10.381.566,33 €	4,57
2010	6.655.937,69 €	3.887.450,53 €	10.543.388,22 €	1,56
2011	6.679.059,99 €	5.461.053,25 €	12.140.113,24 €	15,14
2012	6.695.144,27 €	7.722.947,34 €	14.418.091,61 €	18,76
2013	7.820.678,22 €	4.397.650,72 €	12.218.328,94 €	-15,26
2014	9.192.109,86 €	1.342.901,65 €	10.535.011,51 €	-13,78
2015	8.745.879,96 €	1.503.969,39 €	10.249.849,35 €	-2,71
2016	8.677.500,14 €	1.042.452,29 €	9.719.952,43 €	-5,17
2017	8.641.949,84 €	2.676.131,83 €	11.318.081,67 €	16,44
2018	8.940.239,15 €	2.823.987,66 €	11.764.226,81 €	3,94
2019	8.788.565,58 €	3.869.200,53 €	12.657.766,11 €	7,60
2020	9.002.457,12 €	5.142.281,82 €	14.144.738,94 €	11,75
2021	9.831.208,18 €	6.300.954,81 €	16.132.162,99 €	14,05

Quadro IV Evolução da Receita (2009 a 2021)

As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS, transferência ao abrigo do nº3 do art.º 35 da Lei nº 73/2014 e participação da receita do IVA.
2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.
3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2020, houve um **aumento de 8,05%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

Transferências do OE 2021				
Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2009	3.834.798,00 €	2.389.548,00 €	6.224.346,00 €	5,00
2010	3.876.715,00 €	2.411.434,00 €	6.288.149,00 €	1,03
2011	3.677.626,00 €	2.296.112,00 €	5.973.738,00 €	-5,00
2012	3.499.194,00 €	2.175.776,00 €	5.674.970,00 €	-5,00
2013	4.587.086,00 €	1.087.888,00 €	5.674.974,00 €	0,00
2014	4.990.470,00 €	528.100,00 €	5.518.570,00 €	-2,76
2015	5.279.555,00 €	551.571,00 €	5.831.126,00 €	5,66
2016	5.344.637,00 €	558.052,00 €	5.902.689,00 €	1,23
2017	5.496.083,00 €	558.052,00 €	6.054.135,00 €	2,57
2018	5.579.407,00 €	584.215,00 €	6.163.622,00 €	1,81
2019	5.508.131,00 €	1.012.113,00 €	6.520.244,00 €	5,79
2020	6.486.871,00 €	611.380,00 €	7.098.251,00 €	8,86
2021	7.009.213,51 €	660.665,00 €	7.669.878,51 €	8,05

Quadro V Fundos Municipais - FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal, IVA, IRS

2.2.2 DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	2.476.503,00	3.442.033,03	965.530,03	3.264.378,67	94,84
02	Aquisição de Bens e serviços	3.894.354,00	4.055.434,00	161.080,00	2.822.750,79	69,60
03	Juros e Outros encargos	4.200,00	6.200,00	2.000,00	4.097,90	66,10
04	Transferência Correntes	1.204.202,00	1.755.702,00	551.500,00	1.500.666,38	85,47
05	Subsídios	0,00	45.220,00	45.220,00	45.220,00	100,00
06	Outras Despesas Correntes	90.800,00	126.300,00	35.500,00	103.325,60	81,81
Total Despesas Correntes		7.670.059,00	9.430.889,03	1.760.830,03	7.740.439,34	82,08
07	Aquisição de Bens de Capital	6.799.700,00	8.672.300,00	1.872.600,00	3.358.494,40	38,73
08	Transferência de Capital	463.302,00	819.602,00	356.300,00	452.143,06	55,17
09	Activos Financeiros	17.072,00	17.072,00	0,00	8.535,99	50,00
10	Passivos Financeiros	151.001,00	1,00	-151.000,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital		7.431.075,00	9.508.975,00	2.077.900,00	3.819.173,45	40,16
Total Geral		15.101.134,00	18.939.864,03	3.838.730,03	11.559.612,79	61,03

Quadro VI Execução Orçamental da Despesa

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **11.559.612,79€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.740.439,34€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **82,08%**. Verifica-se assim, um aumento das despesas corrente em **0,95%**, em relação ao ano de 2020 (**81,13%**). Quanto às **despesas de capital** num total de **3.819.173,45€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **40,16%**, tendo-se verificado uma diminuição de **5,22%**, em relação ao ano anterior (**45,38%**). **Evidenciamos este resultado de execução orçamental**, que se traduz claramente num aumento das despesas de correntes, baixando as despesas capital, resultados estes alcançados em ano de mitigação da pandemia.

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 13 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2020, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de **61,03%**.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Previsão	19.704.879,86 €	19.930.364,48 €	23.911.404,28 €	24.707.550,00 €	18.675.250,00 €	12.362.450,00 €	12.613.000,00 €	10.376.405,00 €	12.466.273,00 €	11.485.678,00 €	13.140.878,00 €	15.510.357,86 €	18.939.864,03 €
%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%	20,14%	-7,87%	14,41%	18,03%	22,11%
Execução	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.392.178,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €	9.262.662,82 €	9.147.855,95 €	10.306.008,91 €	11.559.612,79 €
%	3,14%	3,80%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-2,83%	-15,24%	10,55%	-1,87%	-1,24%	12,66%	12,16%
Desvio	9.482.002,88 €	9.400.475,54 €	11.870.599,29 €	10.315.371,19 €	6.471.340,98 €	1.995.919,02 €	2.539.353,60 €	1.838.264,76 €	3.027.530,16 €	2.223.015,18 €	3.992.022,05 €	5.204.348,95 €	7.380.251,24 €
%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%	64,70%	-26,57%	79,62%	30,34%	41,81%
Taxa de execução em relação à previsão anual *	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%	75,71%	80,64%	69,61%	66,45%	61,03%

Quadro VII Evolução da Despesa

* % em relação ao ano anterior

Evolução da execução da despesa nos últimos treze anos, ao nível de correntes e de capital.

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2009	7.181.941,54 €	3.040.935,44 €	10.222.876,98 €	3,14
2010	6.655.937,69 €	9.508.975,00 €	16.164.912,69 €	58,12
2011	6.664.383,60 €	5.376.421,39 €	12.040.804,99 €	-25,51
2012	8.107.705,56 €	6.284.473,25 €	14.392.178,81 €	19,53
2013	7.077.387,52 €	5.126.521,50 €	12.203.909,02 €	-15,20
2014	8.144.730,60 €	2.221.800,38 €	10.366.530,98 €	-15,06
2015	7.626.540,25 €	2.447.106,15 €	10.073.646,40 €	-2,83
2016	7.445.571,61 €	1.092.568,63 €	8.538.140,24 €	-15,24
2017	7.284.752,24 €	2.153.990,60 €	9.438.742,84 €	10,55
2018	7.340.409,92 €	1.922.252,90 €	9.262.662,82 €	-1,87
2019	7.720.179,17 €	1.427.676,78 €	9.147.855,95 €	-1,24
2020	7.415.599,69 €	2.890.409,22 €	10.306.008,91 €	12,66
2021	7.740.439,34 €	3.819.173,45 €	11.559.612,79 €	12,16

Quadro VIII Despesa Corrente e Capital

[Handwritten signature]

2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos igual às despesas correntes), ponto ainda em vigor.

Como já foi referido este executivo, durante o ano de 2021, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio													
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente	6.655.587,92	6.655.937,69	6.679.059,99	6.695.144,27	7.820.678,22	9.192.109,86	8.745.879,96	8.677.500,14	8.641.949,84	8.940.239,15	8.788.565,58	9.002.457,12	9.831.208,18 €
Despesa Corrente	7.181.941,54	6.653.577,59	6.664.383,60	8.107.705,56	7.077.387,52	8.144.730,60	7.626.540,25	7.445.571,61	7.284.752,24	7.340.409,92	7.720.179,17	7.415.599,69	7.740.439,34 €
Diferença	-526.353,62	2.360,10	14.676,39	-1.412.561,29	743.290,70	1.047.379,26	1.119.339,71	1.231.928,53	1.357.197,60	1.599.829,23	1.068.386,41	1.586.857,43	2.090.768,84 €

Quadro IX Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental

No que concerne ao Equilíbrio Orçamental e embora tenha sido derogado temporariamente durante a pandemia (artigo 7º da Lei nº 6/2020 de 10 de abril), este Município decidiu manter o mesmo método de gestão e cumprir com o princípio do equilíbrio orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de agosto, que se traduz no seguinte: *a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato*. Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.

ANO	DIVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS A 31-12-2021								DIVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização			OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord			
2009	1.321.819,47 €	848.757,51 €	740.217,20 €	162.572,00 €	3.073.366,18 €	189.094,38 €	203.646,29 €	392.740,67 €	1.856.514,96 €	5.322.621,81 €	45,23%
2010	994.635,79 €	780.108,65 €	742.882,09 €	162.572,00 €	2.680.198,53 €	127.271,00 €	630.015,21 €	757.286,21 €	1.211.032,31 €	4.648.517,05 €	-12,66%
2011	825.648,51 €	711.459,79 €	1.107.280,06 €	162.572,00 €	2.806.960,36 €	63.635,50 €	523.833,45 €	587.468,95 €	1.813.364,79 €	5.207.794,10 €	12,03%
2012	657.947,28 €	642.810,93 €	989.735,99 €	162.572,00 €	2.453.066,20 €	671.245,85 €	450.184,56 €	1.121.430,41 €	783.308,02 €	4.357.804,63 €	-16,32%
2013	486.234,41 €	574.162,02 €	865.622,67 €	162.572,00 €	2.088.591,10 €	497.498,15 €	357.759,28 €	855.257,43 €	1.112.661,07 €	4.056.509,60 €	-6,91%
2014	313.210,45 €	505.513,21 €	740.350,16 €	146.314,80 €	1.705.388,62 €	326.721,12 €	266.011,27 €	592.732,39 €	259.924,36 €	2.558.045,37 €	-36,94%
2015	138.700,54 €	436.864,35 €	664.058,10 €	113.800,40 €	1.353.423,39 €	169.632,70 €	173.956,98 €	343.589,68 €	59.823,03 €	1.756.836,10 €	-31,32%
2016	26.410,76 €	364.551,15 €	586.810,42 €	81.286,00 €	1.059.058,33 €	€	82.616,09 €	82.616,09 €	68.106,50 €	1.209.780,92 €	-31,14%
2017	€	292.237,96 €	508.899,13 €	48.771,60 €	849.908,69 €	€	20.654,03 €	20.654,03 €	72.154,63 €	942.717,35 €	-22,08%
2018	- €	219.925,83 €	430.773,71 €	16.257,20 €	666.956,74 €	- €	€	- €	128.412,90 €	795.369,64 €	-15,63%
2019	- €	147.611,58 €	352.629,94 €		500.241,52 €	- €	- €	- €	104.760,47 €	605.001,99 €	-23,93%
2020	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103.969,61 €	103.969,61 €	-82,81%
2021	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	48.174,20 €	48.174,20 €	-53,67%

Quadro X Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Este mapa, fornece a informação não só das dívidas de Médio e Longo Prazos e a Curto Prazo, como também a percentagem da sua evolução. Analisando o mesmo, podemos referir que a 31-12-2021, o Município não tinha dívidas a Médio e Longo Prazos. No que alude às dívidas de curto prazo, no valor de 48.174,20 €, referem-se a faturas que a contabilidade recebeu no ano de 2022, com data do ano de 2021 (especialização de exercícios, através de nota de lançamento), tanto a nível de fornecedores de conta corrente, como fornecedores de imobilizado. **Ou seja, em linguagem corrente, em 31-12-2021, não possuíamos nenhuma fatura por pagar.**

De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2021					
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados cumulativo	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	valores por receber e ainda não submetidos
						investimento elegível	comparticipação			
Norte2020	Centro de saúde de Vila nova de Foz Côa	360.000,00	306.000,00	85%	1.208.741,79	360.000,00	306.000,00	290.699,99	15.300,01	0,00
Norte2020	D2GOV_VN de Foz Côa	78.069,07	66.358,71	85%	79.527,42	68.556,07	58.272,66	55.359,02	2.913,64	0,00
Norte2020	Mobilidade urbano -PAMUS	108.213,42	91.981,41	85%	90.377,04	90.377,04	76.820,48	72.979,46	3.841,03	0,00
Norte2020	Novo Mercado Municipal	1.940.000,38	1.649.000,32	85%	1.191.588,08	1.006.588,07	855.599,86	914.063,07	0,00	734.937,25
Norte2020	PIICE	105.000,00	89.250,00	85%	104.906,29	55.151,98	46.879,18	16.981,64	29.897,54	42.370,82
Norte2020	Eficiência Energética no sistema de iluminação pública de Vila Nova de Foz Côa	387.665,25	368.281,99	95%	18.813,77	7.746,85	7.359,51	0,00	7.359,51	360.922,48
Norte2020	Eficiência Energética no Edifício dos Paços do Concelho	141.374,39	134.305,67	95%	164.653,05	7.746,85	7.359,51	0,00	7.359,51	126.946,16
Norte2020	Espaço Promocional "das Terras de Foz Côa"	154.888,42	131.655,16	85%	11.722,46	4.501,66	3.826,41	0,00	3.826,41	127.828,75
Norte2020	Passadiços do côa	320.205,78	272.174,91	85%	54.119,60	18.819,00	15.996,15	0,00	15.996,15	256.178,75
Turismo de Portugal	FozCoa Story House	1.959.948,00	400.000,00	20%	1.880.168,81	1.334.430,33	272.339,95	272.339,95	0,00	127.660,05
Turismo de Portugal	Passadiços do côa	115.101,55	80.571,08							80.571,08
PDR2020	Largo da devesa	31.118,95	24.895,16	80%						24.895,16
									86.493,80	1.776.844,28

Quadro XI Posição dos projetos candidatos em 31/12/2021

PNf

Note-se que em 31 de dezembro de 2021, o Município tinha a receber de fundos comunitários na importância de **86.493,80 €**. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, teríamos em vez da descida da dívida a Curto Prazo de **53,67%** (ver quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos), **um superavit de 0,24%**, ou seja, com o dinheiro que tínhamos a receber dos fundos comunitários, já validados, pagaríamos as faturas todas que entraram em 2022 e que se reportavam, a bens e serviços, fornecidos no ano de 2021 e ainda sobrava o valor de **38 319,60 €**.

Anos	Prazo Médio de Pagamentos									2021
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Nº de dias	93	39	67	14	23	20	8	6	9	5

Quadro XII Prazo Médio de Pagamentos

Realçamos que, e com todos os constrangimentos da situação pandémica provocou, o cumprimento da legislação em vigor nos impunha, este Município obteve em Prazo Médio de Pagamento de 5 dias.



3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2021 e 2020, a sua variação absoluta e relativa em (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2021	2020	Variação	Variação (%)
Impostos contribuições e taxas	1 015 425,86	1 011 920,47	3 505,39	0,3%
Vendas	468 475,97	263 871,90	204 604,07	77,5%
Serviços prestados	717 821,94	873 239,03	(155 417,09)	(17,8%)
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 821 226,25	7 400 942,38	420 283,87	5,7%
Rend/gastos imputados de Ent controladas, associadas	441 770,43	455 222,82	(13 452,39)	(3,0%)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	17 058,56	(17 058,56)	(100,0%)
Outros rendimentos	535 146,19	456 987,58	78 158,61	17,1%
Total da estrutura de rendimentos	10 999 866,64	10 479 242,74	520 623,90	5,0%

Quadro XIII Rendimentos 2020 e 2021

Da análise do quadro supra, apenas nos vamos debruçar sobre as variações de grande expressão:

Vendas – compreendem publicações e impressos, água e eletricidade. A variação de 77,5%, apurada nos anos de 2020 e 2021, traduz-se num aumento de 204.604,07€, que deriva principalmente da receita de venda de água, uma vez que no ano de 2021, deixou se haver isenção do pagamento da mesma.

Serviços prestados - que compreendem entre outros, nos resíduos sólidos, colocação de contadores, cemitérios, serviços de desporto e aluguer de espaços. A variação negativa de 17,8%, traduz-se numa diminuição de 155.417,09€, que se explica nos sucessivos estados de emergência, decretados pelo governo durante o ano de 2021, que se traduziu numa menor prestação de serviços em geral.

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) – A variação negativa de 100%, deve-se ao fato de, no ano em análise, não se ter realizado qualquer imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).

Outros rendimentos - Esta rubrica apresenta uma variação positiva de 17,1%, devido a um aumento da imputação, a resultados, da proporção de subsídios ao investimento conforme nota 25 do anexo.

3.2 ESTRUTURA DE GASTOS

Composição dos gastos em 2021 e 2020, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em centimos de Euro			
	2021	2020	Variação	Variação (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	538 511,65	556 311,75	(17 800,10)	(3,2%)
Fornecimentos e serviços externos	2 822 235,30	2 862 028,69	(39 793,39)	(1,4%)
Gastos com o pessoal	3 215 527,63	3 237 845,46	(22 317,83)	(0,7%)
Transferências e subsídios concedidos	1 523 625,88	986 008,04	537 617,84	54,5%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 390,44	0,00	7 390,44	0,0%
Provisões (aumento/reduções)	0,00	10 354,40	(10 354,40)	(100,0%)
Outros gastos	346 566,98	56 947,09	289 619,89	508,6%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 941 880,46	2 960 028,87	(18 148,41)	(0,6%)
Juros e gastos similares suportados	365,89	5 599,74	(5 233,85)	(93,5%)
Total da estrutura de gastos	11 396 104,23	10 675 124,04	720 980,19	6,8%

Quadro XIV Gastos 2020 e 2021

Ao analisarmos este mapa verificamos que os itens com variações mais relevantes, são:

Transferências de subsídios concedidos – A variação de 54,5%, apurada nos anos de 2020 e 2021, traduz-se num aumento de 537 617,84€, proveniente das transferências feitas para as freguesias, empresas locais, instituições de solidariedade social e associações, para minimizar os efeitos da pandemia.

Provisões - A variação negativa de 100%, deve-se ao fato do ano em análise, não se ter realizado novas provisões.

Outros Gastos – O aumento tão significativo nesta rubrica deve-se ao facto de ter havido correções nas contas gerais (62) de gastos de cobrança de impostos, e das contas (61 e 62) da água e saneamento para esta rubrica. E ainda, por ter sido efetuados três abates de obras em curso que já se encontravam inventariados.(nota 26 do anexo)

Juros e gastos similares suportados – A variação negativa de 93,5%, deve-se ao fato de este ano não termos empréstimos a liquidar.

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:



Descrição	2021	2020	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	3.215.527,63	3.237.845,46	(22.317,83)
N.º médio de colaboradores	168	167	1
Gasto médio por colaborador	19.140,05	19.388,30	(248,25)

Quadro XV Gastos com o pessoal 2020 e 2021

O município tem como regra na contratação, o procedimento concursal. Ao nível da formação profissional, embora sem plano de formação prévio, as diversas entidades publicas ligadas à formação na administração publica, comunicam de forma recorrente, as ações de formação que os dirigentes, distribuem pelos colaboradores sob a sua orientação. São estes que em função das necessidades sentidas propõem a frequência das ações, sendo os gastos suportados pelo município

3.4 EBITDA E RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Entidade”, no período de 2021 e 2020, foi o seguinte:

Descrição	2021	2020	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	2 546 008,76	2 769 747,31	(223 738,55)	-8,1%
EBITDA/Rendimentos propios	115,6%	128,9%	-13,2	-10,3%
EBITDA/ Transf e subsidios correntes	32,6%	37,4%	-4,9	-13,0%
Resultado líquido do período	(396 237,59)	(195 881,30)	(200 356,29)	102,3%
Resultado líquido do período / Rendimentos propios	-18,0%	-9,1%	-8,9	97,4%

Quadro XVI EBITA e Resultado Líquido 2020 e 2021

Apresentamos um conjunto de indicadores que mostram que os resultados operacionais antes de depreciações são positivos, pelo que o resultado negativo resulta das depreciações praticadas. A relação entre o EBITDA e os rendimentos próprios dão uma medida da dependência que o município tem das transferências do orçamento de estado, que explica a variação negativa do EBITDA de 2020 para 2021, pois

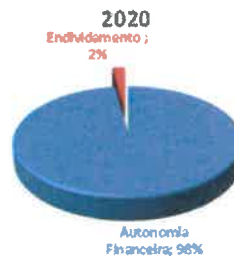


esta rubrica de transferências correntes (nota 21 do anexo) aumentou 6% e por isso o seu peso nos resultados operacionais.

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Entidade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2021	2020	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	98%	98%	0,0%
Endividamento	2%	2%	0,0%



Quadro XVII Indicadores Financeiros/Endividamento 2020 e 2021

O município neste exercício, face à ausência de dívida a terceiros significativa, financia-se exclusivamente com capitais próprios apresentando uma autonomia financeira notável, estando por isso preparado para responder a incertezas futuras, que poderão ocorrer decorrentes da guerra da Ucrânia e do estado inflacionista que se instalou.

4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Entidade através da análise dos seguintes itens do balanço:

ATIVO	31-DEZ-2021	Peso %	31-DEZ-2020	Peso %	Varição
Ativo não corrente	84 225 166,94	94,2%	83 808 712,64	94,6%	416 454,30
Ativo corrente	5 168 898,47	5,8%	4 819 289,83	5,4%	349 608,64
Total Ativo	89 394 065,41	100,0%	88 628 002,47	100,0%	766 062,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Património Líquido	87 417 976,32	97,8%	86 673 672,59	97,8%	744 303,73
Passivo não corrente	898 835,24	1,0%	898 835,24	1,0%	0,00
Passivo corrente	1 077 253,85	1,2%	1 055 494,64	1,2%	21 759,21
Total Património Líquido e Passivo	89 394 065,41	100,0%	88 628 002,47	100,0%	766 062,94

Quadro XVIII Alguns Itens do balanço 2020 e 2021

Podemos observar pelos totais do balanço que se verificou uma subida, sobretudo por causa do aumento de depreciações nos ativos fixos tangíveis. Tal significa que uma vez que o passivo também diminuiu, estariam criadas as condições ideais para novos investimentos e se necessário recorrendo a capitais alheios, **porque a autonomia financeira do município assim o permite.**

O ativo corrente cresce por efeito do adiantamento a um fornecedor de imobilizado e à variação de fluxos de caixa positivos.

4.2 INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2021 e respetivos valores comparativos:



Indicadores de Gestão	2021	2020	Δ Absoluta	Δ em % face a 2020
Ativo Fixo Tangível (AFT)	79 639 463,08	79 075 194,11	564 268,97	0,7 %
Ativo não corrente	84 225 166,94	83 808 712,64	416 454,30	
Património Líquido	87 417 976,32	86 673 672,59	744 303,73	0,9 %
Equilíbrio dos capitais permanentes (AFT/Cap.perm)	0,90	0,90	0,0	(0,1 %)
Fluxos de caixa operacionais	1 483 242,87	1 958 982,25	(475 739,38)	(24,3 %)

Quadro XIX Indicadores de gestão 2020 e 2021

Da análise ao quadro apresentado, propicia-nos os seguintes comentários:

◆ A variação positiva ocorrida no “**Ativo Fixo Tangível**” é motivada pelo facto das novas aquisições nas diversas classes de ativos serem superiores às depreciações anuais:

Divulgamos de forma mais discriminada este aspeto na nota 4 do anexo.

◆ A variação positiva ocorrida no “**Património Líquido**” é referente às diferenças de resultados de exercícios entre 2020 e 2021.

◆ Os “**Fluxos de caixa operacionais da Entidade**”:

A variação nos fluxos operacionais é justificada pelo acréscimo de transferências e subsídios concedidos.

- Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2021 e 2020:

Outros indicadores financeiros	2021	2020	Δ Absoluta	Δ em % face a 2020
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	4 423,8 %	4 435,0 %	11,2	(25,2 %)
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	4 091 644,62	3 763 795,19	327 849,43	8,7 %

Quadro XX Rácios Financeiros 2020 e 2021

Da análise ao quadro acima, apresentamos os seguintes comentários:

A solvabilidade do município é completa, pelo que daqui resulta uma enorme liquidez.

4.3 ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativos à análise económica no período findo de 2021, comparativamente com o período de 2020:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2021	2020	Δ Absoluta	Δ em % face a 2020
Rendibilidade Líquida dos rendimentos próprios (%)	RL / Rendimentos próprios	(18,0 %)	(9,1 %)	8,9	9 744,3 %
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	2,8 %	3,1 %	0,3	(886,6 %)
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	Clientes / Rendimentos correntes * 365	47	122	-74	(61,1 %)

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XXI Indicadores Económicos 2020 e 2021

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

Uma vez que a análise é feita sobre a atividade do município, que é uma entidade que não visa o lucro, considera-se que, os resultados de rentabilidade dos rendimentos próprios são adequados uma vez que a principal fonte de financiamento é o orçamento de estado, sobretudo neste exercício que viu muitas das suas atividades fechadas uma boa parte do ano, impossibilitado de auferir receitas próprias.

Relativamente aos prazos médios de pagamento, o tema está adequadamente desenvolvido na parte orçamental. Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indicam que, **a Entidade, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz**, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2021, **justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus cidadãos.**

4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2021, alcançou o resultado líquido negativo 396.237,59 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:



Descrição	Euros
Resultados transitados	-396 237,59
Reserva legal	0,00
Total	-396 237,59

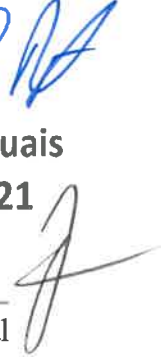
Quadro XXII Aplicação de Resultados 2021

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que os tempos vindouros continuem a exigir rigor e conjugação de esforços para minimização das consequências pandémicas, sentidas nos anos de 2020 e 2021 e que perdurará não sabemos por quanto mais tempo e as consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia. Os investimentos futuros apelam a uma unidade coletiva em prol do bem comum e no acolhimento de refugiados Ucrânianos, dispondo todos os recursos tidos por necessários e com absoluto foco nas pessoas para proporcionar plenas vivências no concelho de Foz Côa.

A implementação dos projetos previstos em PPI e na GOP serão uma realidade em anos vindouros, uma vez que toda a atividade empresarial, do país e do mundo, nomeadamente os empreiteiros de obras públicas, se ressentiu com esta situação que estamos a viver, atrasando a execução de obras publicas. Globalmente este município, apostará em investimentos de âmbito turístico, saúde, ação social, cultura, educação, e na habitação e serviços coletivos da indústria e energia. Destacam-se os seguintes investimentos:

- Prosseguir com os eventos da festa da Amendoeira em Flor, Festival de Vinhos do Douro Superior e Côa Summer Fest, imprimindo-lhes uma nova dinâmica;
- Prosseguir os Programas de Ação Social e Saúde vigentes.
- Elaboração da Estratégia Local de Habitação;
- Concretização do novo Mercado Municipal;
- Concretização e fruição dos Passadiços do Côa;
- Concretização do *Foz Côa Story House* que surge da necessidade de reabilitação do centro histórico;

- 
-
- g) Remodelação da Estação Central de Camionagem em Espaço Promocional “Das Terras de Foz Côa”;
 - h) Reforço dos parques de autocaravanas noutros espaços da cidade;
 - i) Amplificar a capacitação internacional de atletas de alta competição para estagiarem no Centro de Alto Rendimento do Pocinho (CAR);
 - j) Prosseguir com o Plano Intermunicipal de Combate ao Abandono Escolar;
 - k) Consolidar nacionalmente os eventos estruturantes do município;
 - l) Reforçar a aposta na Eficiência Energética;

Por seu turno, no reconhecimento de que as autarquias locais são a organização fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, em consagração de três princípios: o da subsidiariedade, o da lógica de descentralização administrativa e o da autonomia do poder local, como base da Reforma do Estado.

Nesta ótica, foram, entretanto, divulgados os diplomas de âmbito setorial que substantificam a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado que passarão a estar sob a égide da administração local: *“praias, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, turismo, justiça, vias de comunicação, fundos europeus e captação de investimento, associações de bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, património imobiliário público sem utilização, estacionamento público, proteção e saúde animal, educação, cultura, saúde, transportes em vias navegáveis interiores, proteção civil, áreas protegidas, competência relativa à autorização e comunicação prévia das ações de arborização e rearborização e policiamento de proximidade.”*

Para o ano de 2021, figurava na Proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo (Proposta de Lei n.º 61/XIV), no seu art.º 83º, n.º 6, uma autorização de transferência mensal para o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) (a par do que sucedeu em 2020). Entretanto essa proposta foi aprovada parcialmente em plenário, e o ponto n.º 6 e n.º 7 foram rejeitados. Sendo que, o orçamento de estado de 2021, no artigo

116.º - transferências financeiras, ao abrigo da descentralização e delegação de competências, não faz qualquer menção ao FFD. Não tendo sido, transferido no ano em análise e até à presente data, qualquer verba.

No caso concreto das competências transferidas no âmbito da Saúde e da Educação, foi ainda possível a opção pelo não exercício em 2021, considerando-se transferidas em 31 de março de 2022. No que respeita à Ação Social, o prazo foi prorrogado para o ano de 2023.

Ao acolher as novas competências, este município ainda não possui conhecimento concreto entre a função e o seu financiamento, por parte do Estado, tendo em vista cumprir as novas competências de forma sustentável.




5 CONTABILIDADE DE GESTÃO

Limitações:

Nos termos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, os documentos de prestação de contas deverão divulgar informação sobre a avaliação de desempenho e avaliação por programas, sobre os custos, tendo por base informação proveniente do sistema de contabilidade de custos e de gestão.

Esta informação deveria ser incluída neste relato financeiro anual.

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deverá divulgar, conforme estipulado no parágrafo 34 da supramencionada norma, para cada bem, serviço ou atividade final:

- Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades;
- Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidentes com o exercício económico;
- Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.” No caso particular do subsector autarquias locais, deveriam ainda ser divulgados os mapas que constam do parágrafo 37 da NCP 27.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelos serviços do município, as dificuldades de circulação e de reunião, entre os funcionários e os operadores informáticos, criadas com a evolução do estado pandémico provocado pela Covid 19, bem como a falta de pessoal qualificado, na área da contabilidade e gestão, não permitiram completar o processo já iniciado, pelo que não é possível proporcionar a informação referente à aplicação da NCP 27.





6 QUESTÕES AMBIENTAIS

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos produzidos no concelho. A recolha de RSU indiferenciados é feita pela empresa FOCSA, monitorizada/fiscalizada pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. A recolha separativa é feita através de ecopontos recolhidos pela empresa Resíduos do Nordeste. Existe um ecocentro gerido pela empresa FOCSA para a recolha de resíduos que não cabem no âmbito anterior. É feita recolha programada porta a porta de “monos” (móveis, eletrodomésticos, e outros resíduos que o munícipe não tenha possibilidade de transportar ao ecocentro).

No âmbito das atividades municipais que tenham a ver com as alterações climáticas, tem-se procurado tomar iniciativas que venham de encontro a isso. Não há nenhuma matriz de procedimento específica. Não se fizeram quaisquer ações de sensibilização junto dos munícipes. Quanto a ações concretas do Município na área de preservação do ambiente (alterações climáticas), tem-se a referir:

→O Município aderiu ao Plano de Ação para a Energia Sustentável em 18 de fevereiro de 2015, via CIM do Douro, esta como Entidade Coordenadora Territorial.

→Está a decorrer o processo de adjudicação do procedimento para fornecimento e montagem de luminárias com tecnologia LED e sistema de telegestão em toda a cidade de Vila Nova de Foz Côa.

→Está a concluída a empreitada de obras de requalificação nos Paços do Concelho para melhorar a eficiência energética do edifício.

→Está em conclusão o projeto da nova piscina municipal coberta; pretende-se iniciar a construção em 2022, com a demolição da existente, obsoleta em termos de isolamento térmico da envolvente e de equipamento/fontes de energia.

→Está em construção a ETAR de Muxagata (aglomerado urbano do Concelho); durante o ano, pretende-se mandar elaborar mais dois projetos de ETAR's (Chãs e Castelo Melhor).

→Existe um posto de carregamento para veículos elétricos em Vila Nova de Foz Côa; vai ser instalado outro durante o presente ano.

→Vão ser instaladas, no presente ano, duas plataformas para bicicletas elétricas em Vila Nova de Foz Côa.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individuais
Relatório de Integrado 2021

→Foi elaboração um estudo municipal para o desenvolvimento de um sistema de recolha de biorresíduos.

7 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

7.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Camara Municipal no dia de abril de 2022.

7.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

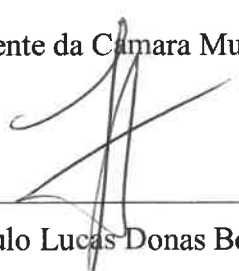
Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras e as demonstrações de relato orçamental, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual das Alterações do Património líquido, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo Individual.

Vila Nova de Foz Côa, 11 de abril de 2022

O Presidente da Câmara Municipal



(Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa)